RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 16 de Novembro de 2026

Relator intensifica negociações com centrão para aprovação da regulação das big techs

Aliel Machado articula apoio de partidos para votação do PL 4.675/2025 ainda esta semana na Câmara

O deputado Aliel Machado (PV-PR), responsável pelo Projeto de Lei 4.675/2025 que estabelece diretrizes para a regulação econômica das grandes plataformas digitais, busca consolidar apoio junto às bancadas de centro do Congresso Nacional. Em suas articulações políticas, o relator já se encontrou com parlamentares do PP (Progressistas) e tem agendados encontros com PSD (Partido Social Democrático), MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e Republicanos antes da apreciação no plenário da Câmara dos Deputados.

Durante encontro na quinta-feira anterior, Aliel reuniu-se com aproximadamente 20 deputados progressistas. Conforme informações de participantes do encontro, o relator enfrentou resistência de alguns membros da legenda, incluindo a deputada Any Ortiz (PP-RS). Embora outros parlamentares manifestassem disposição em apoiar a iniciativa, não houve consenso dentro da bancada naquele momento. A sigla ainda planeja realizar sessão interna para definir seu posicionamento oficial sobre a matéria.

Além das conversas já realizadas, o relator mantém agenda de diálogos com as demais bancadas mencionadas, bem como com líderes partidários antes do início da votação. Contudo, nos bastidores legislativos, há avaliação de que o calendário apresenta-se apertado para a conclusão das negociações necessárias, não sendo descartada a possibilidade de adiamento da apreciação para quarta-feira ou para a terça-feira da semana subsequente.



Associação de Internet aponta falta de clareza no PL das big techs

Na última reunião de líderes, Aliel sinalizou sua intenção de manter o parecer apresentado anteriormente, argumentando que não recebera contribuições significativas que justificassem alterações no relatório até aquele momento.

À medida que a votação se aproxima, porém, o relator reconhece a possibilidade de realizar ajustes pontuais no texto, dependendo das negociações que vier a conduzir com os partidos da base governista.